

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



### Ata da 8ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Extrema/MG, em 05/10/07

<i>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</i>	
Entidade	Nome
ABCON	Enio Antonio Campana
AEAP	Ângelo Petto Netto
AME - Extrema	Romualdo Alves M. Filho
ASSEMAE	Alberto José Mendes Gomes
	Alexandre Peranovich
	Hugo Marcos Piffer Leme
Associação Serras Verdes	José Fernando Cintra Schmidt
CETESB	Jorge Luis Silva Rocco
CIESP - DR Jundiáí	Roberto Polga
CIESP - DR Limeira	Eduardo Lovo Paschoalotti
Consórcio PCJ	Dalton Favero Brochi
DAEE	Luiz Roberto Moretti
	Patrícia Gobet de A. Barufaldi
ELO Ambiental	Cláudia Grabher
FEAM-MG	Carmen Lúcia Santos Silveira
FIESP	Anícia Aparecida Baptistello Pio
Fórum das Entidades Cívicas	Filipe Marcelo Gonçalves Becari
Fundação Florestal	Cléa de Oliveira
IGAM-MG	Sérgio Resende Leal
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
P.M. de Americana	Rumoldo Kokol
P.M. de Artur Nogueira	Edson Antonio Sacilotto
P.M. de Atibaia	Carlos Roberto Belani Gravina
P.M. de Bragança Paulista	Antonio Pádua Oliveira Mello
P.M. de Camanducaia	Celso de Faria Santos
P.M. de Campinas	Maria Fernanda Chiochetti
P.M. de Campo Limpo Pta	Carla Peruchi
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
	Sebastião A. Camargo Rossi
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Hortolândia	Rubem Carvalho
P.M. de Itatiba	José Roberto Fumach
P.M. de Jaguariúna	Dimas Lúcio Pires
P.M. de Joanópolis	José Garcia da Costa
	Nelson Luiz Neves Barbosa
P.M. de Jundiáí	Eduardo Pereira da Silva
P.M. de Limeira	Dirceu Brasil Vieira
P.M. de Louveira	José Maria Drezza
P.M. de Mogi Mirim	Ademar de Barros
P.M. de Piracaia	Laércio Junho Chiarini
	Terezinha Silveira Peçanha
P.M. de Piracicaba	Vlamiir Augusto Schiavuzzo
P.M. de Rio Claro	Jayme de Oliveira Campos
P.M. de Rio das Pedras	Daniel Gonçalves
P.M. de Salto	Francisco Antonio Moschini
P.M. de Sta Bárbara d'Oeste	Regina Aparecida Ribeiro
P.M. de Santa Gertrudes	José A. Rego Barros Seydell
P.M. de Sumaré	Humberto Crivelaro
Piracicaba 2010	Ayri Saraiva Rando
Preservação	J. Marco Antonio Pareja Cobo
SAA	Emílio Sakai
SABESP	João Roberto Miranda
	José Alberto Galvão Ferro
Secretaria da Fazenda	Tabir Pirajá de Macedo Filho
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro

Secretaria da Saúde	Marcos César Prado
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira
Sind. Rural de Campinas	Andréia Collaço Klimionte
Sind. Rural de Jundiáí	Wilson Agostinho Bonança
Sind. Rural de Limeira	João Aparecido Santarosa
Sind. Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti
Sind. Rural Extrema	José Aparecido Viváqua
SMA	Jorge Luis Silva Rocco
	Márcia Calamari
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler
SRH-MMA	Luiz Augusto Bronzatto
SSE	Leonildo Ednilson Urbano
	Luiz Roberto Moretti
VIVERE	João Roberto Miranda
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
CIESP - DR Piracicaba	Homero Scarso
PUC Campinas	Laura Machado de Mello Bueno
	Pedro Sérgio Fadini
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
UNICA	André Elia Neto

Aos 5 dias do mês de outubro de 2007, nas dependências do Cine Teatro Municipal, em Extrema/MG, realizou-se a 8ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), registrando-se a participação de 113 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme "Relação dos Membros dos Plenários – Presentes" apresentada, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue:

5 Audir Antônio Cominetti (Coordenador da CT-SAM); Harold Fowler Gordon (Coordenador da CT-PB); Francisco Carlos Castro Lahóz (Coordenador Geral da Agência de Água PCJ); Eduardo Lovo Paschoalotti (Vice-presidente dos Comitês PCJ); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); Sebastião Camargo Rossi (Prefeito de Extrema e Vice-presidente dos Comitês PCJ); José Roberto Fumach (Prefeito de Itatiba e Presidente do Consórcio PCJ); José Machado (Diretor-presidente da ANA); José Garcia Costa (Prefeito de Joanópolis); Teresinha Peçanha (Prefeita de Piracaia); Vera Lúcia Namura (Coordenadora da CT-SAM); Jorge Luís Silva Rocco (Coordenador da CT-SA); João Aparecido Santarosa (Coordenador da CT-Rural) **2. Abertura:** Dando início à reunião, o sr. Moretti convidou a todos os componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos os presentes para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, foi passada a palavra ao



### Ata da 8ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Extrema/MG, em 05/10/07

vice-presidente, Sr. Eduardo Paschoalotti, que agradeceu a presença de todos e ao prefeito de Extrema e passou a palavra ao Prefeito de Itatiba e presidente do Consórcio PCJ. O Sr. José Fumach cumprimentou a todos, ressaltou a satisfação da atuação do Consórcio no atual processo de gestão dos recursos hídricos e externou sua preocupação com a ausência de chuvas. Em seguida foi passada a palavra para o Diretor-presidente da ANA, Dr. José Machado. O Sr. José Machado agradeceu o convite e cumprimentou a todos os presentes. Falou da satisfação de participar de mais uma reunião do PCJ. Explicou que a Política Nacional de Recursos Hídricos vem passando por um fortalecimento, um progresso significativo. Destacou que os comitês federais, em todo país, estão em plena atividade. Informou que foi assinado contrato com o Banco Mundial para a implementação do ProÁgua Nacional, que é um desdobramento do ProÁgua do semi-árido que será estendido para todo o país. Falou dos comitês federais que estão sendo implantados e dos dez anos da Lei 9.433 e da necessidade de avaliação deste período. Citou a importância dos Comitês PCJ, considerado como modelo nacional, falando que por todas as regiões que visita tem notícias de que o “PCJ” já passou por lá proferindo palestras, coordenando mesas de trabalhos ou expondo suas experiências, destacando o seu orgulho com esse trabalho. Ressaltou que o Brasil não pode continuar crescendo sem dar a devida atenção à questão dos recursos hídricos. Falou sobre a outorga do Sistema Cantareira, cujas discussões já estão sendo retomadas, inicialmente pela Câmara Municipal de São Paulo, e que ele foi convidado para participar de seminário a ser realizado por aquela casa. Ressaltou que é prudente iniciar as discussões para que em 2014, quando vencer a outorga, a região não caia numa crise política. Concluiu sua fala falando que no PCJ as “coisas” são bem negociadas, bem pactuadas. Após a fala do Dr. José Machado foi passada a palavra ao prefeito de Extrema, Sr. Sebastião Rossi, que agradeceu a presença de todos, em especial a do Dr. José Machado e desejou uma boa reunião a todos. **3. Informes:** O Sr. Moretti informou sobre o estabelecimento do quorum, nominando as entidades presentes. **3.1. da Presidência:** O Sr. Paschoalotti falou que estará participando das reuniões do Fórum Nacional de Comitês, a partir de 22/10/07, em Foz do Iguaçu, representando os Comitês PCJ. Destacou que no início do Fórum Nacional eram aproximadamente 35 comitês no Brasil, e que no final de 2007 esse número poder chegar a 140. Informou que também estará no Seminário do Cantareira, organizado pela Câmara Municipal de São Paulo, juntamente com o Dr. José Machado, e que o objetivo da Câmara paulista é a redução da dependência da SABESP das águas do Sistema Cantareira e encerrou sua fala estendendo o convite a todos os membros dos Comitês PCJ. **3.2. da Agência de Água PCJ:** O Sr. Francisco iniciou sua fala

agradecendo a todos os membros dos Comitês PCJ e demais órgãos parceiros no trabalho que resultou na aprovação e cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. Agradeceu às entidades que apoiaram a Agência de Água PCJ na realização dos cursos de capacitação, destacando que o trabalho continua com a equipe da Agência em relação ao plantão tira-dúvidas, que pode ser acionado pelos interessados a qualquer momento por e-mail, fax, fone ou pessoalmente. Destacou que todos os empreendimentos indicados para contratação em 2006 e 2007 já estão contratados, alguns em fase de licitação e outros já com desembolsos previstos até o final de 2007. O Plano de Bacias 2008-2020 já está em andamento. Sobre o Relatório de Situação 2004-2006, o trabalho já foi concluído. Para os interessados no abatimento do Valor<sub>DBO</sub>, da cobrança federal, o prazo final para o protocolo dos pedidos é 20/10/07, com as fichas disponível no site. A arrecadação com a cobrança, ano de 2007, até esta data, é de aproximadamente R\$ 9,2 milhões e o repasse para a Agência é de cerca de R\$ 8,3 milhões. Destacou que a ANA tem cumprido o prazo de cerca de 30 dias na liberação do repasse dos recursos para a Agência de Água PCJ. Agradeceu, em nome da Agência de Água PCJ, ao Sr. Paulo Tinél, pelos trabalhos prestados nesse período de quase 2 anos, uma vez que está se afastando por problemas particulares. Informou que o relatório entregue pelo pessoal da Agência de Água PCJ refere-se às atividades desenvolvidas nesse período. **3.3. da Secretaria Executiva:** o Sr. Moretti falou sobre a Oficina sobre cobrança, realizada pela ANA e com a participação dos representantes de todos os órgãos envolvidos com esta questão, além de representantes dos Comitês PCJ e AGEVAP. Fez uma apresentação sobre os números da cobrança paulista, expôs as dificuldades enfrentadas na implantação, emissão dos boletos e envio dos boletos, e destacou que todos os esforços estão sendo feitos para minimizar dificuldades enfrentadas. Destacou que o valor previsto de arrecadação para 2007 é de cerca de R\$ 11,4 milhões e que até a presente data foram arrecadados aproximadamente R\$ 3,8 milhões, o que demonstra que, apesar das dificuldades enfrentadas, o processo está caminhando. Como resultado do trabalho da cobrança, chamou os representantes da CODEN (Nova Odessa) e do DAE de Santa Bárbara d’Oeste para assinarem os primeiros contratos de financiamento de empreendimentos com recursos arrecadados da cobrança estadual, nos valores de R\$ 55 mil e R\$ 428 mil, respectivamente. **4. Assuntos a Deliberar:** O Sr. Paschoalotti iniciou os trabalhos conforme pauta enviada a todos os membros dos Plenários. **4.1. Leitura e Aprovação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês PCJ:** O Sr. Paschoalotti abriu a palavra ao plenário para manifestações. O Sr. Moretti informou que, a pedido do representante do Lions Clube de Piracicaba, estava anexa à ata os documentos



### Ata da 8ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Extrema/MG, em 05/10/07

apresentados pelo Lions na reunião em Santa Bárbara d'Oeste. Não havendo manifestações, o Sr. Paschoalotti colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.2. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 075/2007:** "Altera composição e empossa representante da sociedade civil (Usuários de Recursos Hídricos - setor abastecimento urbano e lançamento de efluentes - não associados a entidades associativas) no Plenário do PCJ FEDERAL": O Sr. Moretti explicou que este processo iniciou-se com a Deliberação Conjunta 069/07, face à associação do DAE Sumaré à ASSEMAE, ação que culminou com a perda da condição de suplente, no Plenário do PCJ FEDERAL, da vaga destinada aos "usuários de recursos hídricos não associados a entidades associativas". Como resultado do processo eleitoral foi eleito o SAAE de Rio das Pedras para a vaga. O Sr. Paschoalotti abriu a palavra para discussão ou esclarecimentos e não havendo manifestações, colocou a minuta da deliberação em votação. Não havendo nenhuma manifestação em contrário ou abstenção, a minuta de deliberação foi aprovada por unanimidade. **4.3. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 076/2007:** "Aprova recomendações constantes do "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ano base 2004 a 2006" e dá outras providências": O Sr. Moretti iniciou explicando que o Relatório de Situação 2004-2006 foi concluído, pela empresa IRRIGART, e passou a palavra para o Sr. Paulo Tínel, que coordenou os trabalhos juntamente com a Sra. Adriana Isenburg, para suas considerações. O Sr. Tínel informou sobre o cronograma inicialmente previsto, ressaltando que, apesar do pequeno atraso, o trabalho estava sendo concluído. Expôs as mudanças estruturais do atual relatório em relação ao relatório anterior e destacou o avanço obtido com o trabalho. Após sua manifestação passou a palavra ao Sr. Antonio Saad, da empresa Irrigart, para a apresentação do trabalho aos presentes. O Sr. Saad iniciou sua apresentação destacando o sucesso na coleta das informações junto aos municípios e órgãos públicos. Ressaltou a necessidade de aprimorar, no futuro, o processo de coleta das informações, principalmente na questão dos investimentos. Expôs os problemas das bacias, apresentou dados atuais e projetados. Destacou a estimativa de custos necessários para a despoluição das bacias em relação aos recursos disponíveis (FEHIDRO e cobranças PCJ) e as variações de consumos pelos diversos setores por sub-bacias. Lembrou que os dados reais de consumo e lançamentos podem ter pequenas variações em relação aos apresentados no Relatório em função de não terem sido considerados os dados de empresas públicas, uma vez que o trabalho não contemplava a obtenção de tais informações, destacando a dificuldade de obtenção destes dados. Ressaltou o avanço com a aplicação dos recursos da cobrança

federal e que, com a cobrança estadual, esta melhora tende a ficar mais notada. Informou que as perdas nos sistemas de abastecimento são muito grandes, necessitando de uma melhor atenção nesse quesito. Após suas conclusões passou a palavra ao Sr. Felipe, também da Irrigart, para falar sobre a estruturação do banco de dados do Relatório. O sr. Felipe falou sobre a estruturação do Relatório atual, onde um banco de dados foi acoplado ao texto. Explicou que ao atualizar o banco de dados o texto será automaticamente alterado, facilitando, assim, os futuros relatórios. Expôs as estruturas dos mapas temáticos georeferenciados e concluiu destacando a necessidade das prefeituras criarem seus bancos de dados para facilitar o fornecimento de informações aos Comitês PCJ. Concluídas as apresentações, o Sr. Moretti abriu a palavra ao plenário para manifestações. A Sra. Anícia Pio sugeriu que as recomendações apresentadas no Relatório de Situação sejam inseridas na deliberação como anexo, uma vez que a ementa "aprova recomendações do relatório de situação". A Sra. Claudia Grabher pergunta se o Relatório já está na internet. O Sr. Moretti informa que após a aprovação pelo Plenário ele será impresso, distribuído aos membros dos Comitês e disponibilizado na internet e destaca que o Relatório está pronto e os plenários têm que aprovar as suas recomendações. Não havendo mais manifestações, o Sr. Pascholotti coloca a minuta de deliberação, com a proposta da Sra. Anícia, em votação. A minuta foi aprovada por unanimidade. **4.4. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 077/2007:** "Define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das cobranças (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2008, e dá outras providências": O Sr. Moretti explicou que o GT-Critérios trabalhou com baseado nos questionamentos feitos em anos anteriores. A proposta apresentada na CT-PL buscava uma redução de tempo no processo todo. Dentre as mudanças apresentadas, destacou-se a extinção da apresentação pelos proponentes tomadores de projetos de caráter regional, que, segundo a proposta, serão definidos pela CT-PL. Destacou que, em acordo com a Agência de Água PCJ, os protocolos dos empreendimentos, no período de inscrição, serão feitos na Agência de Água PCJ. Os empreendimentos protocolados dentro do prazo previsto serão analisados pela CT-PL e não mais pelo GT-Pontuação. Os empreendimentos que forem contemplados com recursos do PRODES receberão uma pontuação extra. As metas de curto prazo vigente são a do Plano de Bacias 2004-2007. Destacou que em relação aos demais critérios, tudo continua como no ano anterior. Após a explanação, foi aberta a palavra ao plenário. A Sra. Regina, do DAE de Santa Bárbara D'Oeste, questiona que, no seu entendimento, para o recebimento da



### Ata da 8ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Extrema/MG, em 05/10/07

pontuação referente ao PRODES, bastava que o empreendimento estivesse hierarquizado não necessitando estar com o contrato assinado. O Sr. Moretti explica que entende como “contemplado” aquele que “vai receber o dinheiro”, e que no seu entendimento, na reunião da CT-PL, contemplado era aquele empreendimento cujo contrato tenha sido assinado. A Sra. Regina explica que a assinatura do contrato PRODES pode demandar vários meses, o que estaria fora do prazo do processo de inscrição dos Comitês PCJ. O Sr. Petrus Weel solicita que a Agência de Água PCJ e o DAEE coloquem-se à disposição para ajustar os projetos dos proponentes tomadores. O Sr. Moretti explica que a Sra. Patrícia, pelos Comitês, e a Sta. Karla, pela Agência, estarão disponíveis para esclarecer todos os interessados. O Sr. Carlos Gravina indaga se no cronograma foi levado em conta o período eleitoral de 2008. O Sr. Moretti informa que sim, mas face à extensão do processo, poucos dias “foram ganhos” no cronograma. O Sr. Nelsom Barbosa destaca a necessidade da valorização de projetos de reflorestamento. O Sr. Moretti informa que existe um critério específico sobre esse tema e que os projetos a serem apresentados deverão atender ao Plano de Recomposição de Matas Ciliares elaborado pela CT-RN. O Sr. Hugo Piffer manifesta-se favorável ao entendimento apresentado pelo Sra. Regina Ribeiro, destacando que teve o mesmo entendimento na CT-PL. O Sr. Luiz Carlos pergunta se o critério do PRODES é também para o exercício 2006. O Sr. Moretti explica que é somente para o exercício 2007. Não havendo mais manifestações, a minuta de deliberação foi colocada em votação na forma original, sendo aprovada por unanimidade. Após, foi votado como destaque, a proposta da Sra. Regina, sendo aprovada com 1 voto contrário. **4.5. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/2007:** “*Aprova propostas de revisão dos mecanismos e de ratificação dos valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e dá outras providências*”: O Sr. Moretti explicou que a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025, alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 027, previa a revisão, na cobrança federal, da questão dos usos insignificantes e do  $K_{rural}$ . Após exaustivo trabalho elaborado pelo GT-Usos Insignificantes e pela CT-Rural, as respectivas propostas foram apresentadas na CT-PL, re-discutidas e finalmente apresentadas aos plenários. Após sua explanação a palavra foi aberta ao plenário. O Sr. Penatti indagou qual seria o percentual para o abatimento do Valor<sub>Rural</sub>. O Sr. Moretti informou que o abatimento pode ser feito até 100% (cem por cento), através da composição de todos os itens, desde que não ultrapasse o valor total devido e que o agricultor não ficará com saldo para os anos seguintes. O Sr. Krause indaga sobre a forma de aferir o

abatimento solicitado pelo agricultor. O Sr. Moretti informa que somente serão aceitos para o abatimento os gastos que possam ser aferidos e de forma que não gere altos custos para a aferição. O Sr. Luiz Augusto, da União, informa que o assunto em pauta já está previsto para discussão na próxima reunião da CTCOB do CNRH. O Sr. Wilson Bonança registra o reconhecimento e agradecimentos aos representantes da ESALQ pelo belo trabalho realizado na CT-Rural. Não havendo mais manifestações, o Sr. Paschoalotti colocou a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.6. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 079/2007:** “*Define os beneficiários e as condições de acesso e de indicação de empreendimentos para recebimento de recursos financeiros decorrentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas Bacias PCJ*”: O Sr. Moretti explicou que, quando foi implantada a cobrança federal, existia na deliberação específica em anexo que tratava dos beneficiários da cobrança federal, que não foi considerado na resolução do CNRH que aprovou a cobrança federal. Agora, com a revisão da cobrança federal, o antigo anexo deixou de existir, passando para a forma de deliberação, sendo, na verdade, uma ratificação do que já existia. Após as explicações, a palavra foi aberta aos plenários para manifestações. Não havendo manifestação, a minuta da deliberação foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. **4.7. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 080/2007:** “*Ratifica a indicação do Consórcio PCJ para desempenhar, transitariamente, funções de Agência de Água dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá*”: O Sr. Moretti explicou que o GT-Agência retomou os trabalhos relacionados à definição da entidade que estaria exercendo as funções de entidade delegatária da Agência de Água, uma vez que o contrato atual, com o Consórcio PCJ, tem com término a data de 05/12/07. Após várias reuniões, o GT-Agência, entendendo o bom trabalho realizado pelo Consórcio PCJ neste período, resolveu propor ao plenário que consultasse o Consórcio sobre a possibilidade dele estar continuando como entidade delegatária das funções de Agência. Outra discussão feita pelo grupo foi em relação à vigência deste novo contrato, que foi definido em 4 anos, e, decorrido este período, os trabalhos seriam novamente retomados, até mesmo para aguardar uma definição do estado de Minas Gerais em relação ao Comitê PJ mineiro, e eventual cobrança naquela porção da bacia. Após, o Sr. Paschoalotti abriu a palavra para discussões, posteriormente colocando a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. Comunicou, ainda que os Comitês PCJ formalizariam o convite ao Consórcio PCJ e passou a palavra ao Sr. Fumach para manifestação. O prefeito de Itatiba e Presidente do Consórcio PCJ informou aos presentes que o Consórcio



### Ata da 8ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Extrema/MG, em 05/10/07

PCJ levou o assunto, previamente, para sua reunião plenária e que seus membros foram favoráveis à continuidade dos trabalhos à frente da Agência de Água PCJ se o convite fosse feito novamente pelos Comitês PCJ. Falou da honra do Consórcio PCJ em continuar desempenhando o papel de entidade delegatária e que, para agilizar o processo, já estaria apresentando o ofício de aceite do convite à mesa diretora dos trabalhos. Após sua manifestação, o Sr. Marcelo Batista leu o ofício a todos os presentes, que foi entregue ao Sr. Paschoalotti.

**4.8. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 081/2007:** “*Aprova as minutas do Quarto e do Quinto Termos Aditivos ao Contrato de Gestão celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e o Consórcio PCJ, com interveniência dos Comitês PCJ*”: O Sr. Moretti começou explicando que o GT-Agência apreciou as minutas apresentadas, juntamente com o pessoal da Agência de água PCJ e da ANA e ressaltou que esta é uma formalidade do contrato de gestão. Informou que o Quarto Termo aditivo refere-se à repactuação das metas a serem atingidas pela Agência de Água PCJ. Explicou que tudo o que foi colocado com meta está absolutamente compatível com as atribuições e capacidades de execução pela Agência. Explicou que o Quinto Termo refere-se ao processo de dotação orçamentária para a transferência de recursos da ANA para a Agência de Água PCJ. Em seguida o Sr. Pascholotti abriu a palavra aos Plenários e não havendo manifestação, colocou a minuta de deliberação em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade.

**4.9. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 082/2007:** “*Altera a composição da Câmara Técnica de Planejamento para o mandato 2007-2009*”: O Sr. Moretti começou explicando que a CT-PL é a única câmara técnica que precisa ser paritária. Lembrou a todos que a sua composição foi definida na reunião plenária do dia 30/03/07, quando houve a eleição da atual diretoria. Explicou que a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 010 regulamenta o funcionamento de todas as câmaras técnicas e que dentre estas regras tem uma que define que, nas reuniões das câmaras técnicas, as entidades que faltarem a 2 reuniões seguidas ou 4 reuniões alternadamente, sem justificativa, perdem a condição de membro. Explica que no caso da CT-PL, os municípios de Salto, como titular, e Campo Limpo Paulista, como suplente, infringiram esta regra. Explicou que na época da composição da CT-PL, sua composição, no segmento municípios, foi definida sob o

critério de sub-bacias. Após sua explanação consultou sobre candidatos para a vaga e após discussões, ficou definido que o município de Jundiá ocuparia a vaga em questão na condição de titular e Campo Limpo Paulista continuaria na condição de suplente. O Sr. Paschoalotti colocou a minuta de deliberação em votação, com as indicações acordadas, que foi aprovada por unanimidade.

**4.10. Minuta de Moção nº 001/2007:** “*Solicita revisão da metodologia de aplicação de recursos do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES*”: O Sr. Moretti explicou que este foi um pedido da CT-PL, para ser encaminhado à ANA, pois, analisando os critérios de pontuação para a hierarquização, definidos pela ANA para o PRODES, todos quesitos privilegiavam as grandes ETES, os grandes municípios. No entendimento da CT-PL, a ANA, através do PRODES, deveria incentivar a construção das ETES em municípios de pequeno porte, que são os que têm maior dificuldade de captação de recursos. O presidente do Consórcio PCJ, Sr. Fumach, também solicitou que na moção constasse que os recursos do PRODES também pudessem ser utilizados, pelos pequenos municípios, para a elaboração de projetos de ETES. Após as discussões e a definição do corpo da Moção, o Sr. Paschoalotti colocou a minuta em votação, sendo aprovada por unanimidade.

**5. Outros Assuntos:** A Sra. Regina informa que na reunião da CT-PL, foi feita uma solicitação ao Sr. Moretti sobre a verificação da possibilidade de abatimento do valor a ser pago na cobrança estadual em relação às obras realizadas pelos serviços de água e esgoto. O Sr. Moretti explicou que o assunto já estava sendo tratado no setor competente do DAEE, em São Paulo, e que em breve teria uma posição. O Sr. Petrus parabenizou a todos pelo trabalho da Agência de Água PCJ e sugeriu como meta para os próximos 4 anos a criação de uma agência, uma legislação única e um único comitê. O Sr. Luiz Augusto informou que o CNRH está com reunião já agendada e que, possivelmente, em breve os Comitês PCJ receberiam as indicações dos membros dos órgãos da união que estão pendentes. O Sr. Dalto lembrou a todos que o Simpósio de Gestão dos Recursos Hídricos que o Consórcio PCJ está organizando será realizado no período de 3 a 6 de dezembro, em São Pedro/SP.

**6. Encerramento:** Nada mais havendo, o Sr. Pascholotti agradeceu aos representantes do município de Extrema/MG pela cessão do espaço, agradeceu a todos os presentes e deu a reunião por encerrada.

**LUIZ ROBERTO MORETTI**  
Secretário-executivo  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

**EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI**  
Vice-presidente do CBH-PCJ e  
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

**JOSÉ ROBERTO TRICOLI**  
Presidente  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL